



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO Nº 833

DE 21 DE JULHO DE 1993.

Sr. Presidente,

Estamos encaminhando a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 466, que dá nova redação ao Artigo 99 "Caput" da Lei nº 13 de 25 de Outubro de 1983, para que seja analisado e deliberado pelos Nobres Vereadores deste Município.

Na oportunidade, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

AGMAR DE SOUZA GOMES-PIAU
PREFEITO MUNICIPAL

EXMO SR.

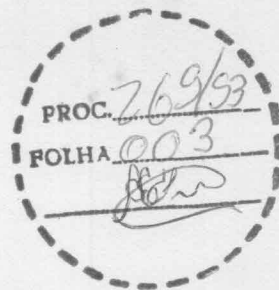
AURO VIEIRA COELHO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

OURO PRETO DO OESTE -RO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
SE V. LE PROTOCOLO
RECEBIDO EM: 21/07/93
HORAS: 12:50
CHEFE

CÂMARA M. O. P. O.
PUBLICADO
De _____
SEÇÃO PROTOCOLO



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 460

DE 21 DE JULHO DE 1993.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Submetemos a apreciação e deliberação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, que dá nova redação ao art. 99 caput da Lei nº 13 de 25 de Outubro de 1983, que fixa o valor do salário-família aos funcionários do município.

O salário-família dos servidores municipais vinham sendo pago de maneira defazada, com base na redação anterior do art. 99 da Lei nº 13/83, que fixava o salário-família em 5% do valor de referência vigente no município.

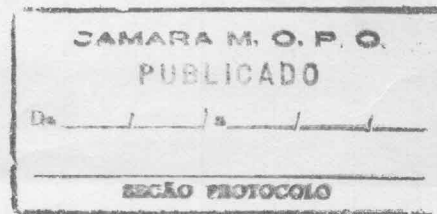
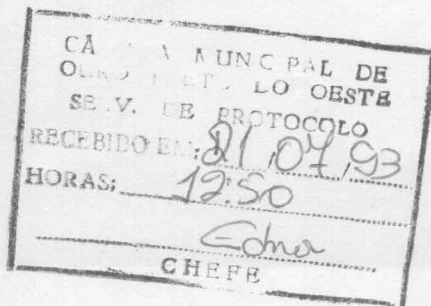
Como o valor referência deixou de ser indicador básico de correção monetária no País, há que se determinar um outro índice de correção do salário-família e como todos nós sabemos, o melhor indicador é o salário mínimo, a exemplo do que vem sendo pago aos trabalhadores do regime CLT.

Assim, esperamos que o servidor público municipal também tenha o seu salário-família corrigido, sempre que o salário mínimo for aumentado.

Na certeza de contarmos com a aprovação unânime dos nobres vereadores, antecipamos agradecimentos.

Palácio dos Pioneiros

AGMAR DE SOUZA GOMES -PIAU
PREFEITO MUNICIPAL



APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 / unanim
Em: 10 / 08 / 93



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 466

DE 01 DE JULHO DE 1993.

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 / unanim
Em: 23 / 08 / 93.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 99 "CAPUT" DA LEI Nº 13 DE 25 DE OUTUBRO DE 1983".

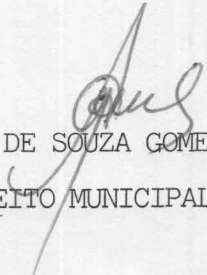
O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e
eu sanciono a seguinte Lei:

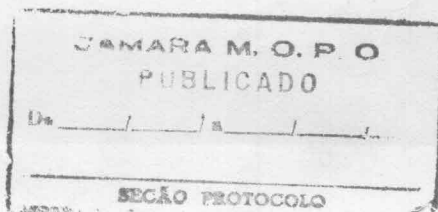
Art. 1º) O artigo 99 caput da Lei nº 13 de 25 de Outubro de 1983, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 99 - O valor do salário- família será
igual a 5% (cinco por cento) do valor do salário mínimo vigente no País, devendo ser pago a partir da data em que o funcionário requerer junto a administração municipal".

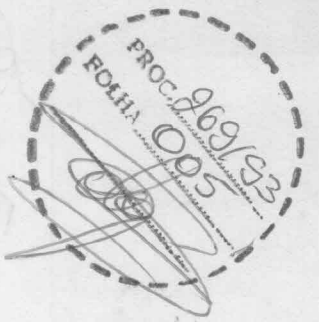
Art. 2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º) (Revogam-se as disposições em contrário.)


AGMAR DE SOUZA GOMES - PIAU
PREFEITO MUNICIPAL

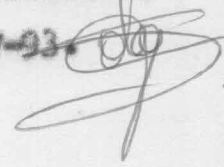


Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROTOCOLO	
22/07/93	269/93
 RESPONSÁVEL	



EXM^a. SR.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO.
 SEQUE O PRESENTE PROCESSO PARA PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS.

EM 22-07-93. 


A peça legislativa;

Segue o presente processo a ser encaminhado ao Plenário para conhecimento.
Em: 28-07-93

J.

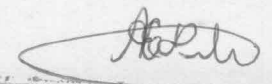
AO Plenário

Segue o presente processo para conhecimento
29-07-93



 Antonia Edna P. Pinheiro
 Chefe de Seção Legislativa
 Port. 049 - CMCO - RO - 93

AO Assessor Jurídico
Segue o presente processo para parecer.
02-08-93.



 Antonia Edna P. Pinheiro
 Chefe de Seção Legislativa
 Port. 049 - CMCO - RO - 93



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 466 DE 21 DE JULHO DE 1993

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 99 "CAPUT" DA
LEI Nº 13 DE 25 DE OUTUBRO DE 1983".

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

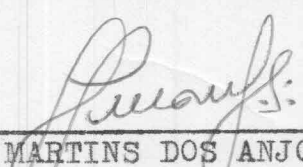
O Projeto é Constitucional, encontra-se em boa técnica Legislativa e regular redação.

O Projeto ora em análise é vantajoso e benéfico aos Servidores Público, uma vez que o Salário Família será pago de acordo com o Salário Mínimo vigente à razão de 05% (cinco por cento) do mesmo.

Razões estas nas quais cremos estar o Projeto apto Juridicamente a ser apreciado pelas Comissões de Justiça e Redação e Orçamentos e Finanças.

É nosso Parecer.

Sala da Assessoria Jurídica, 10/ 08/ 1.993.



JOSE MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR JURÍDICO

PRO: 269/93
FOI H 007
COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 466 DE 21 DE JULHO DE 1993

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 99 "CAPUT" DA
LEI Nº 13 DE 25 DE OUTUBRO DE 1983".

PARECER E VOTO DO RELATOR

O Projeto é Constitucional, é também benéfico aos servidores Público, uma vez que o Salário Família será pago de agora em diante de acordo com o Salário Mínimo vigente, ou seja, à razão de 05% (cinco por cento) do mesmo.

Assim sendo, o Projeto é legal e necessário e nosso parecer é pela aprovação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 10 de agosto de 1.993


ALVARO GONÇALVES ROCHA

RELATOR

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 / 14
Em: 16 / 08 / 93

PROC. 269/93
 COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
 LEGISLAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 466 DE 21 DE JULHO DE 1993

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 99 "CAPUT" DA
 LEI Nº 13 DE 25 DE OUTUBRO DE 1983".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 070

A Comissão de Justiça e Redação ao analisar o Projeto, sentindo sua Constitucionalidade, é favorável à sua aprovação, pelos fundamentos a seguir expostos:

1º) Trata-se de Projeto que coloca o Salário família em 05% (cinco por cento) do Salário Mínimo vigente, o que vem beneficiar o Servidor Municipal, que hoje recebe um Salário de família totalmente irrisório.

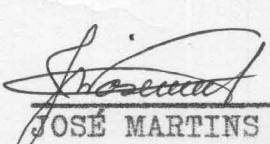
Razões pelas quais, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 10 de agosto de 1993


 RONILTON RODRIGUES REIS

PRESIDENTE


 JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO
 SECRETÁRIO


 ALVARO GONÇALVES ROCHA
 MEMBRO

PROC. 269/93
FO. H. 009
COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 466 DE 21 DE JULHO DE 1993

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 99 "CAPUT" DA
LEI Nº 13 DE 25 DE OUTUBRO DE 1983",

PARECER E VOTO DO RELATOR

A Comissão após análise do Projeto de Lei
acima, sentiu sua viabilidade e real necessidade, uma vez que vem me
lhorar o Salário de Família dos Servidores Municipal.

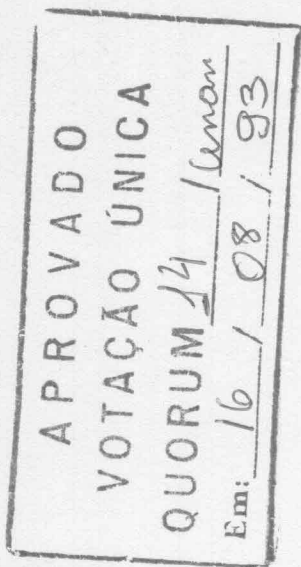
Assim, por estas razões, somos favoráveis à
sua aprovação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 10 de agosto de 1.993


BRAZ RESENDE

RELATOR.



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 466 DE 21 DE JULHO DE 1993

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 99 "CAPUT" DA
LEI Nº 13 DE 25 DE OUTUBRO DE 1983".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 045

A Comissão analisou o Projeto e está de ple
no acordo no sentido de que o mesmo vem beneficiar os Servidores do
Município no que se refere ao Salário de Família.

Razões maiores pelas quais somos favoráveis
à aprovação do Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 10 de agosto de 1.993

VALDINEY SANTOS MOITINHO

PRESIDENTE

BRAZ RESENDE

SECRETÁRIO

ANTONIO DE SOUZA PENA FILHO

MEMBRO

DEPUTADO RELATOR
O V. Valdiney S. Moitinho
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento e Finanças
no uso das atribuições que lhe conferem o Art.
do Regimento Interno.
R. S. 134 - Teófilo O. Vereador



membro desta Comissão para atuar como Relator
do projeto Proj. de Lei n.º 466/93

Sala das Comissões das Comissões Permanentes
da Câmara Municipal de São Paulo do Oeste
em 10 de Agosto de 1993
O Secretário - [assinatura]

Valdiney Santos Moitinho
Vereador - PTR

A Seção Legislativa
segue o presente processo
para praiatência
Em 10.08.93.

Valdiney Santos Moitinho
Vereador - PTR

Ao Plenário
segue o presente processo
para votação única do parecer
e 1ª votação do Projeto
Em 13-08-93

[assinatura]
Antônia Edna P. Pinheiro
Chefe de Seção Legislativa
Port. 049 - CMOPO - RO - 93